

**MEMÓRIAS DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE: UMA ANÁLISE
DA OBRA *SANTO AMARO: MEMÓRIA HISTÓRICA E DESCRITIVA*,
DO JORNALISTA E ABOLICIONISTA SÉRGIO CARDOZO¹**

Gilson das Virgens de Souza Junior²

RESUMO

Esse trabalho busca analisar a obra *Santo Amaro: Memória Histórica e Descritiva do Município*, escrita pelo jornalista e abolicionista Sérgio Cardozo, concentrando-se nas abordagens feitas sobre escravidão e liberdade no Recôncavo Baiano, e mais especificamente na cidade de Santo Amaro. Apesar de sua grande produção escrita – entre jornais e obras publicadas desde fins do século XIX e primeiras décadas do século XX – praticamente não existem estudos sobre a trajetória de Cardozo, além de apenas um artigo de Ronaldo Ribeiro Jacobina. Tomando esse texto como referência, além de outras obras sobre a escravidão na Bahia e sobre o movimento abolicionista, buscarei apresentar algumas faces de sua trajetória, destacando suas memórias sobre Santo Amaro escritas na década de 1920.

Palavras-chave: Cardozo, Sérgio - crítica e interpretação; escravidão - Santo Amaro (BA); Santo Amaro, memória histórica e descritiva do município - crítica e interpretação.

ABSTRACT

This work seeks to analyze the work *Santo Amaro: Memória Histórica e Descritiva do Município*, written by journalist and abolitionist Sérgio Cardozo, focusing on his approaches to slavery and freedom in the Recôncavo Baiano, and more specifically in the city of Santo Amaro. Despite Cardozo's vast output of writings - including newspapers and works published from the end of the 19th century and the first decades of the 20th century - there are practically no studies on his career, apart from just one article by Ronaldo Ribeiro Jacobina. Taking this text as a reference, as well as other works on slavery in Bahia and the abolitionist movement, I will try to present some facets of his career, highlighting his memoirs about Santo Amaro written in the 1920s.

Keywords: Cardozo, Sérgio - criticism and interpretation; Santo Amaro, historical and descriptive memory of the municipality - criticism and interpretation; slavery - Santo Amaro (BA).

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em História, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Juliana Barreto Farias.

² Bacharel em Humanidades e graduando em História pela UNILAB.

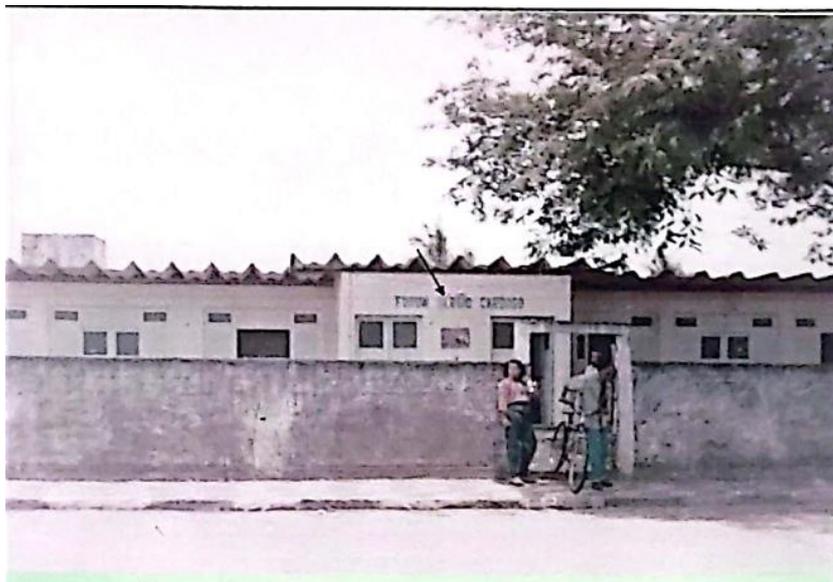
1 INTRODUÇÃO

Embora sua trajetória ainda seja pouco conhecida na Bahia, Sergio Cardozo Affonso de Carvalho exerceu múltiplas atividades ao longo da segunda metade do século XIX. Foi jornalista, médico prático, juiz, escritor, desenhista e militante abolicionista. Nasceu em 7 de outubro de 1858 na fazenda Salgado, na vila de Berimbau, distrito do município de Santo Amaro da Purificação, na província da Bahia, local onde faleceu em 1933³. Há somente um artigo escrito sobre a vida e obra de Sérgio Cardozo, de autoria Ronaldo Ribeiro Jacobina, intitulado “Sérgio Cardoso (1858 a 1933): um acadêmico de medicina abolicionista e republicano”, que aborda sua trajetória na Faculdade de Medicina da Bahia e sua atuação no movimento abolicionista, a partir de fontes do NICSA, do acervo pessoal de Elisa Cardozo Brandão neta de Sérgio Cardozo, e de fontes da Faculdade de Medicina da Bahia (FMB), que se encontram no arquivo da UFBA.

Porém, seus feitos não foram totalmente esquecidos nas cidades em que viveu e trabalhou. Em Berimbau, ele exerceu a função de juiz federal e atuou como médico prático no combate à epidemia de cólera na cidade, em 1912, além de escrever no jornal *A Sineta*, que mexia com a elite local. Hoje, percorrendo a cidade, podemos *encontrá-lo* em ruas, prédios, placas. E até mesmo na igreja matriz, onde foi sepultado. A via que liga o centro administrativo ao comercial leva seu nome. A Escola de 1º Grau Sérgio Cardozo/SECPM, anteriormente chamada de Grupo Escolar Jornalista Sérgio Cardozo, foi inaugurada em 1965, em parceria com o governo dos Estados Unidos. Mesmo com essas homenagens esparsas, ainda não foram feitas pesquisas mais detalhadas em torno desse personagem multifacetado.

³ Emancipada desde 1961, a cidade de Berimbau, agora denominada de Conceição de Jacuípe, encontra-se com limites territoriais próprios. A localidade onde Sergio Cardozo nasceu na Fazenda Salgado faz parte de um dos distritos de Conceição do Jacuípe (Berimbau): o Picado.

Figura 1 - Faixada do prédio onde funcionou o Fórum Sérgio Cardozo na cidade de Conceição do Jacuípe



Fonte: NICSA Santo Amaro – Bahia.

Figura 2 - Placa de Inauguração do Grupo Escolar Jornalista Sérgio Cardozo



Fonte: acervo pessoal.

Quando iniciei essas investigações, partindo, sobretudo, das referências do artigo de Jacobina, a ideia era localizar os jornais de Salvador, Santo Amaro ou outras regiões do

Recôncavo em que Sérgio Cardozo tivesse trabalhado. Mas as buscas no Arquivo Municipal de Santo Amaro e nas coleções de periódicos da Biblioteca dos Barris e do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia não foram frutíferas⁴. Optando então por abordar sua trajetória pessoal, a partir das múltiplas atividades que exerceu, cheguei até o Núcleo Cultural de Santo Amaro (NICSA), mantido pela Fundação José Silveira, que reúne documentos de origens diversas em torno de Sérgio Cardozo, tais como textos jornalísticos, correspondências de Cardozo com José do Patrocínio e Olavo Bilac, fotografias, livros e um único exemplar do jornal *A tarde*, de 23 de setembro de 1908, em que ele aparece como redator-chefe. Nesse conjunto, destaca-se o livro *Santo Amaro: memória histórica e descritiva do município*, escrito por Cardozo em 1920. Ao folhear aquela obra em que, à primeira vista, parecia uma “coleção de fatos”, uma pergunta nos inquietava: como o velho jornalista e militante abolicionista recordava de sua terra natal depois de tanto morando mais distante? Misturando memória, tradição oral e sua própria experiência, como a escravidão e os processos de libertação em Santo Amaro foram abordados pelo “filho ilustre”? Ou nem aparecem em sua obra? São essas questões que buscaremos responder nesse artigo. Antes de apresentarmos a trajetória de Sérgio Cardozo, cabem algumas palavras sobre as relações entre memória, história e identidade.

Assim, sabemos que a memória funciona como uma espécie de armazenamento das experiências e vivências da vida humana, porém essas memórias não são necessariamente experienciadas pelo ser individual. Ela também pode ser passada de geração a geração, como um trauma de um grupo específico (migração forçada); a língua utilizada para a comunicação; ou algo tão simples como a estética e a culinária. Logo, toda memória individual é ocasionada e/ou influenciada pelo meio social experienciado pelo indivíduo, que personifica e adapta memórias do coletivo a sua vida cotidiana ao ponto dessa memória coletiva servir como base para a construção de outras memórias individuais, como, por exemplo, racismo da sociedade brasileira vivido pela diáspora africana no Brasil. Como destaca Márcia Motta, “em primeiro lugar, as memórias são fontes históricas, pois elas nos ajudam a saber o que tem sido lembrado, recordado por um ou vários grupos sociais. Em segundo lugar, elas expressam também fenômenos históricos, o que Peter Burke (1992) denomina de história social da recordação” (Motta, 2016, p. 183).

A memória é fundamental na construção da identidade e identificação de um povo, sem ela não há passado, não há agregação de conhecimento e experiência, ou consciência de presente e passado, ou seja, a formação da consciência de tempo. E por isso a memória histórica

⁴ Há também um acervo pessoal da família de Sérgio Cardozo que se encontra em posse de Elisa Cardozo Brandão, o qual não tive como ter acesso.

deve ser preservada para dar sustentação a processos comuns da coletividade social, contrapondo posições estabelecidas usando como base teórica memória enquanto um instrumento histórico.

2 SÉRGIO CARDOZO, ABOLICIONISTA E JORNALISTA

Ainda durante a infância, depois de concluir os estudos primários, Sérgio Cardozo mudou-se para a capital Salvador, frequentando colégios como São João, Pedro II e São Francisco. Desse período, temos algumas informações apresentadas por Jacobina, como o registro de sua passagem pelo Colégio São João, quando estava para completar 12 anos, feito pelo jornalista Antônio Loureiro de Souza. O autor também faz referência a uma fotografia, dos tempos de adolescência, mencionado que ficam “evidentes os seus traços mestiços”. Conforme complementa, “essa identificação étnica foi marcante em sua vida e possivelmente o elemento de identificação com seu companheiro de luta abolicionista, o também mestiço José do Patrocínio” (Jacobina, 2008, p. 1-2). Apesar de não ter localizado fontes, com qualquer autodeclaração, que mencione essa ascendência negra, por meio das fotos existentes, encontradas no NICSA, podemos perceber seus “traços mestiços”, que certamente o identificava racialmente naquela sociedade escravocrata.

Figura 3 - Sérgio Cardozo durante a primeira Juventude



Fonte: Núcleo de Incentivo Cultural de Santo Amaro (NICSA) – Santo Amaro- Bahia.

Nos primeiros anos da década de 1870, encontramos Sérgio Cardozo se preparando para ingressar na Faculdade de Medicina da Bahia (FMB). No arquivo da instituição, estão alguns certificados de sua aprovação nos exames preparatórios para o curso de medicina, como francês, em 1872; latim, inglês, português e geografia, em 1873; e história, em 1874. Com o conceito “plenamente”, Sérgio Cardozo Affonso de Carvalho foi aprovado e encaminhou também uma autorização do seu pai, José Joaquim Cardozo, datada de 1º de janeiro de 1876, para que o filho pudesse “assignar-se d’ora em diante Sergio Cardozo. Com esse nome poderá elle portanto inscrever-se para fazer os exames que lhes restam, a fim de entrar para o curso médico”. Nos certificados de aprovação emitidos em fevereiro de 1876 – nas disciplinas de Aritmética, Filosofia, Geometria e Álgebra – a mudança já aparecia, pois se referiam ao candidato Sérgio Cardozo (Jacobina, 2008, p. 2).

Àquela época, o sobrenome Afonso de Carvalho tinha certo prestígio no meio médico e na academia, mas não se sabe nem a origem do Cardoso e nem o motivo pelo qual o jovem estudante os rejeitou. Jacobina também não encontrou nenhuma explicação para o uso do sobrenome, que não tinha nem origem materna ou paterna. O que se sabe mesmo é só que houve o pedido para sua retirada e sua entrada no curso de medicina como Sérgio Cardozo, “nome que ficou para a história do abolicionismo e da imprensa no Brasil”.

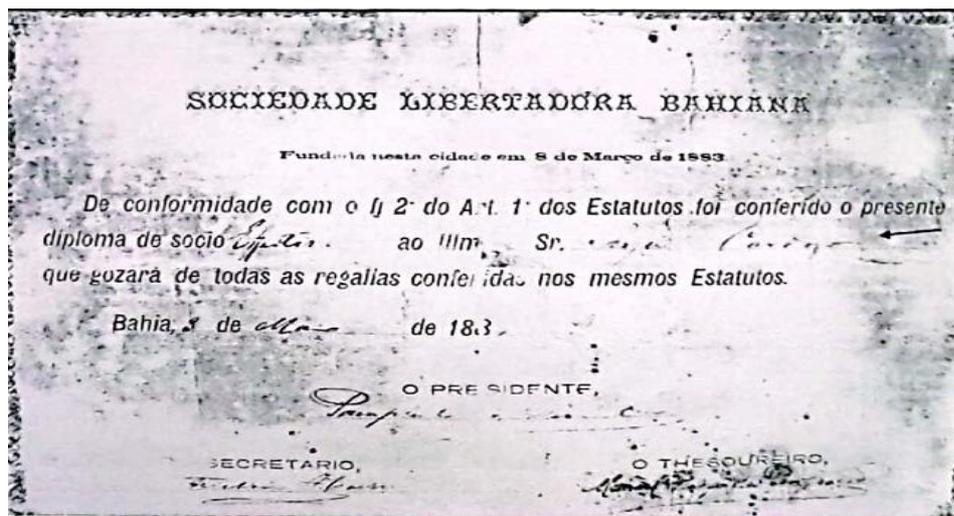
Cardozo sempre assumiu sua ascendência negra, que herdou da avó paterna. Nunca aceitou a injustiça e a desumanização do escravismo, e por isso sempre esteve engajado no movimento abolicionista e na luta contra a perversidade e a exploração da mão de obra humana escravizada. Conforme destaca Jacobina, “era uma pessoa destemida”, que se envolvia diretamente na luta pela libertação. Andava pelas senzalas do Recôncavo baiano, tentando resgatar cativos ou interceptar o embarque deles. Por todo esse engajamento, acabou sofrendo um duro golpe às vésperas de concluir o curso de medicina. Para conhecer um pouco mais dessa história, temos que conhecer a Sociedade Libertadora Baiana, da qual Sérgio fez parte

Nascida em 1882, inspirada pela passagem de José do Patrocínio pela Bahia, a associação abolicionista reunia, entre seus criadores, Pamphilo da Santa Cruz, Eduardo Carijé, Januário Martins e Marcolino José Dias. E pode ser inserida no que Ângela Alonso chama de “fase das balas” do movimento abolicionista, quando se assiste a uma de maior indignação social e um confronto brutal e violento frente à escravidão. Entre seus associados, estavam pessoas de diferentes classes sociais e origens étnicas, porém, a maior parte de seus sócios era de brancos com algum prestígio social. Conforme Caires,

A libertadora baiana abrigava pessoas de diferentes origens étnicas e posições sociais, sendo, em sua maioria, brancos e de certos prestígio social e boa condição econômica. Alguns eram oriundos da faculdade de medicina, tradicional reduto abolicionista baiano, tais como os estudantes Sérgio Cardoso e os médicos Luiz Anselmo da Fonseca e Luiz Álvares dos Santos...” (Caires, 2015, p. 1)

Sob a liderança do major Pamphilo de Santa Cruz, sua sede ficava nas instalações do jornal *Gazeta da Tarde*, periódico que difundia a campanha contra o escravismo e a favor do movimento abolicionista. Santa Cruz era proprietário e redator-chefe do periódico, e as principais reuniões da associação aconteciam na sede, com a participação de seus principais colaboradores, entre os quais estava Cardozo.

Figura 4 - Diploma de Sócio Efetivo da Sociedade Libertadora Baiana fundada em 3 de maio de 1884 que encontra-se no acervo do NCSA e assegura para a Libertadora a posição de uma organização de sociedade civil confirmando a tese da autora Alonso de que o abolicionismo foi um movimento civil de causa social.



Fonte: NCSA Santo Amaro – Bahia .

A pluralidade dos agentes da Libertadora baiana permitiu que a associação abolicionista tivesse diferentes formas de atuação no cenário político da província da Bahia, como organizações de fuga e acoitamento de escravos. Outra ação fortemente praticada era o impedimento da parte dos abolicionistas de embarque de escravos em direção a outras províncias e localidades. Com o crescimento desse sentimento abolicionista, passou-se do campo da contestação judicial para a radicalização nas ruas e no porto. E os membros da Libertadora estiveram à frente de algumas dessas ações.

A primeira delas ocorreu na tarde de 10 de abril de 1883, envolvendo Marcolino José Dias, Pamphilo da Santa Cruz e Sérgio Cardozo; além do saveirista “cabra” Manoel Júlio dos Santos, mais conhecido como “Manuel Camarão”. Assim que souberam que um indivíduo

pretendia embarcar escravizados para a cidade de Canavieiras, no sul da província, eles partiram para o Cais do Ouro para impedir o embarque. Conforme relatado por Jacobina,

Aos gritos de “viva a liberdade” e “morte aos escravocratas” o grupo abordou o proprietário dos escravos e, utilizando-se da força, retirou os escravos da embarcação. Em seguida, sabendo que o barão de Cuiabá tensionava enviar alguns de seus escravos para uma fazenda que possuía na vila de Belmonte, também localizada no sul da capital, estes mesmos indivíduos partiram para cima (Jacobina, 2008, p. 9).

No dia seguinte, ocorreu uma segunda intervenção do grupo e as repercussões foram maiores, já que envolveram o poderoso Barão de Cotegipe, que então ocupava a presidência do Senado⁵. No porto de Salvador, ele pretendia embarcar o menino Lino Caboto como escravo para a Corte. Sabendo disso, Sérgio Cardozo, “com audácia pessoal”, junto de Santa Cruz e outros amigos, conseguiu “arrebatar o menino” e impedir que seguisse com outros escravizados no pacote inglês Trent.

Lino Caboto foi descrito como uma criança, que teria por volta de 12 anos de idade, porém, desde 1871 a lei do Ventre Livre estava em vigor, e ele já não poderia ser mais um cativo. Dessa forma, a ação do Barão foi considerada ilegal e embasou a reação da Libertadora Baiana. Mas a contenda envolvia um estudante mestiço e um barão com altos cargos públicos, o que agitou a opinião pública. A *Gazeta da Tarde* foi cercada pela polícia, e a criança, reconduzida pelas autoridades policiais. Só que as consequências não acabaram por aí.

Segundo Jacobina, o episódio influiu de modo decisivo na vida acadêmica de Cardozo. Embora careça de fontes documentais que o atestem, alguns jornalistas contavam que Cotegipe, para dificultar a trajetória do estudante, teria contado com o apoio de professores da faculdade de Medicina, sobretudo o influente Adriano Alves Lima Gordillo (1830-1892). Houve também quem dissesse que o episódio custou ao acadêmico um moroso processo, o que levou seu pai, José Joaquim Cardoso, que era um negociante bem-sucedido, a gastar muito dinheiro no embate jurídico. Se não se pode comprovar essas histórias, o certo mesmo é que, após o resgate no porto, Sérgio Cardozo abandonou o curso em 1883 (Jacobina, 2008, p.4).

Mas ele seguiria com suas atividades na associação. Segundo Jacobina, Cardozo promoveu a *8a Conferência Abolicionista da Sociedade Libertadora Baiana*, que teve José do Patrocínio como ilustre convidado palestrante, no dia 8 de maio de 1883. De todo modo, isso demonstra sua importância na associação e o destaque que tinha no movimento abolicionista

⁵ João Maurício Wanderley (1815-1889), o Barão de Cotegipe, foi um advogado com carreira jurídica e política na província da Bahia. Foi chefe de Polícia, deputado e Senador pela Bahia, além de Ministro da Fazenda e da Justiça do Governo do Imperador D. Pedro II.

na Bahia, sendo apontado como um membro de sua vertente mais radical pelo autor Ricardo Caires em seu artigo “ A Sociedade Libertadora Baiana e a campanha Abolicionista na Bahia (1883-1888). Porém, o incidente com o Barão de Cotegipe acabou lhe fechando muitas portas, e ele decidiu se “exilar” no Rio de Janeiro. Certamente a influência e os contatos que seu amigo José do Patrocínio tinha na cidade seriam importantes nessa mudança. Assim, no período de 1896 a 1900, Cardozo foi secretário de redação do jornal de Patrocínio, também chamado de *Gazeta da Tarde*.

Além de trabalhar nas duas *Gazetas*, de Salvador e do Rio, ele também teve seus textos publicados em outros jornais e gazetas espalhados pelo país. Até 1890, continuou como colaborador do *Jornal do Comércio* de Salvador. Ao se transferir para o Rio com sua esposa Elisa e seus dois filhos Elderico e Elizette, passou a se dedicar mais à atividade escrita, tendo passado por *Diário do Comércio*, *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias*, *A cidade do Rio*, e *A Democracia*. Seus últimos anos de luta abolicionista e os primeiros anos da República foram dedicados às práticas jornalísticas.

Em suas atividades como secretário de redação da *Gazeta da Tarde* carioca, ele recebia muitos bilhetes e cartas dos colegas de trabalho, como Olavo Bilac, Coelho Neto e o próprio Patrocínio. Havia pedidos de publicação de artigos, cartas e outros textos, o que mostra o prestígio que tinha entre leitores e autores. Vejamos alguns exemplos:

“Sérgio Cardoso peço-te que publiques o amigo. Sempre teu, Olavo Bilac; “amigo Sérgio peço-te, com vivo empenho, que publique-se essa carta de El Gordito na sessão tauramaquia. Interesse me vivamente por isso. Será um grande feito ao seu amigo e colega admirador, Olavo Bilac, fechar”. [...] Dessa intensa correspondência, merecem destaques uma carta e três bilhetes: a carta é datada de 12 de abril de 1894, enviada pelo comandante da brigada policial da capital federal (que corresponderia a mais ou menos a polícia federal), onde o chefe da brigada, Sylvestre Rossi, denuncia que outro jornal, ‘O Paiz’, ‘forjou criminosamente’ uma ordem do dia atribuindo ao seu comando. Ele pedia que o jornal ‘Cidade do Rio’ divulgasse Esse ato calunioso. Era o início do governo de Prudente de Moraes, primeiro presidente civil da recente República. Fica claro que o jornal de Patrocínio continuava contra o florianismo, movimento de base militar contrário ao poder civil, que tem raízes até hoje na mentalidade política do país (Jacobina, 2008, p. 7).

Retornando à Bahia em 1900, Cardozo continuou com suas atividades jornalísticas, desta feita como chefe de redação d’*O Propulsor*, jornal que circulava na cidade de Feira de Santana, atuando também em Jornais em Santo Amaro como *O Prélío*. E não demorou para que também voltasse à terra natal. Em 22 de maio de 1905, em resolução do Presidente Rodrigues Alves, através de seu Ministro do Interior e Justiça, o baiano Joaquim Seabra, ele foi nomeado terceiro suplente para juiz federal de Santo Amaro, no distrito de Berimbau. Antes disso ele

havia sido oficial do registro civil e escrivão de cartório, e foi Rui Barbosa quem o indicou. Embora não fosse formado em Direito, ele assumiu a nova função no Estado republicano.

Mas Sérgio Cardozo não abandonaria sua faceta de escritor. Aos poucos os textos na imprensa foram se tornando mais espaçados, e ele seguia investindo numa escrita mais literária e memorialística. Eram textos em prosa, poemas, contos, romances, memórias e até mesmo uma novela. Da lista constam os romances *A Escrava Branca*, em 1882; *O Pacto Infernal*, em 1883; e *Pacto de Sangue*, em folhetim na *Gazeta da Tarde* baiana; *Os deserdados sociais*, de 1896, e *Lélia*, de 1898, em folhetim no jornal *Cidade do Rio*. Havia ainda os contos: *Contos Indígenas*, de 1891, e *A tapera Maldita*, este escrito na Fazenda Salgado, em 1904, e publicado em 1908. Por fim, cabe ressaltar a novela *As três Noivas de Cordélia*, a obra *Os mistérios da Bahia* e as memórias históricas *Santo Amaro: Memória histórica e descritiva do Município*.

Figura 5 - Jornal 'O Prelio' de 1908, o qual tinha Sérgio Cardozo como editor chefe



Fonte: NCSA Santo Amaro – Bahia.

Como se vê, Sérgio Cardozo teve uma história de vida e luta pelo movimento social abolicionista, com uma militância nas ruas, associações e na imprensa, incomodando senhores e proprietários de terras por onde passou, chegando a sofrer um atentado em 30 de dezembro de 1900. Ainda permaneceria por muitos anos na terra em que nasceu. Faleceu em 4 de julho de 1933, e seus ossos foram colocados na capela que construiu em Berimbau, e hoje é a igreja da matriz de Conceição do Jacuípe. Para encerrar essa seção, deixemos mais algumas palavras de Jacobina, autor do único trabalho sobre Cardozo, que o imagina em seus últimos anos de vida.

Um testemunho o descreve já maduro, senhor de meia idade, vivendo no campo, com a lembrança dele quando andava montado num burro corpo lento e fioso, que realçava seu vulto estranho de cavaleiro errante, um Dom Quixote no Massapê: “alto e magro, nariz Aquilino, um lenço vermelho estrangulado por um grosso anel de ouro, de vidro o olho esquerdo (Jacobina, 2008).

3 ESCRAVIDÃO E LIBERDADE EM SANTO AMARO

A obra *Santo Amaro: Memória Histórica e Descritiva do Município* foi publicada em 1920 pelas Oficinas do *Diário da Bahia*. Em suas primeiras páginas, Cardozo faz homenagens e dedica o livro a “Exm^a. Sr^a. D. Maria Joaquina do Passo Marques e ao Exm. Sr. Visconde de Oliveira”, com um prefácio que não nega os possíveis defeitos, mas que enaltece a terra com diversos intelectuais e um anseio em tornar conhecida a história da cidade, em uma “tentativa de ser útil”. Sem apresentar um pequeno resumo do que irá tratar, Sérgio Cardozo opta por iniciar o trabalho com a descrição da formação geográfica de Santo Amaro, apontando as primeiras expedições, a divisão do território em capitâncias hereditárias e o seu proprietário e, posteriormente, nas Sesmarias que eram territórios cedidos pelo Rei a pequenos proprietários que pagavam impostos a coroa para cultivar “terras virgens”, abrangendo os limites territoriais do município, como os principais rios e vilas.

Logo após, o autor evidencia a formação populacional que esteve intrinsecamente ligada à colonização, o confronto direto com os povos originários e, posteriormente, a escravidão dos povos africanos. Durante a abordagem da escravidão, ele discorre sobre levantes e insurreições escravas que ocorreram em Santo Amaro e municípios vizinhos, como São Francisco do Conde. De Salvador, falou sobre o movimento abolicionista, assim como de outras lutas em que os santamarenses tiveram destaque. Há ainda descrições sobre os problemas de saúde, as enchentes que Santo Amaro enfrentou durante a sua história, sua organização econômica, a

infraestrutura de transporte, a construção de instituições sociais, políticas e educacionais, a importância das feiras livres para a população mais pobre e a ainda as manifestações culturais do município, como a Festa da Purificação. Dentre todos esses temas, nos concentraremos em seus registros sobre escravidão e liberdade em Santo Amaro, e também em outras regiões citadas ao longo da obra.

Dessa forma, ao descrever Santo Amaro como uma “potência agrícola”, Cardozo assinalava a necessidade exacerbada de reter da terra o maior lucro possível e, como consequência, também havia necessidade de mão de obra, mas que ainda era escassa nos primeiros anos da colonização e estabelecimento dos primeiros povoados na região. Afinal, segundo Sérgio Cardozo, os portugueses vindos à colônia sem posse de terra ou títulos não se submetiam a imposições dos aristocratas, já que detinham certos direitos como súditos do reino lusitano.

Em um primeiro momento, eles teriam apostado na utilização da mão de obra escrava indígena. E para explicar porque essa opção não prosperou, Cardozo se vale de justificativas mais culturais. Segundo o autor, a perspectiva e filosofia de vida e trabalho de subsistência indígena, baseada em “grandes caçadas seguidas de prolongados tempos ociosos, de descanso em suas redes, à sombra de suas ocas”, não poderia se conjugar às necessidades coloniais por um trabalhador que atendesse vigorosamente as demandas do trabalho compulsório⁶. Nesse contexto, ainda devia se levar em conta os embates entre colonos e jesuítas, que tinham entre seus objetivos o aldeamento e a catequização dos indígenas. Em suas palavras, “Roma, pela palavra de Paulo III, declarou terminantemente que os índios, entes humanos, como os demais homens, não podiam ser reduzidos a cativo”.

Após essas breves “justificativas”, Sérgio Cardozo assinala que colonos e escravocratas voltaram suas ambições para o continente africano. Embora recorresse às formulações de Euclides da Cunha sobre raça e nacionalidade, alçava o africano, de “raça titânica”, ao posto de “conquistador e desbravador” do país, por todo o trabalho que havia realizado⁷.

⁶ Para uma discussão sobre a escravidão indígena no Recôncavo durante o período colonial, ver: Schwartz, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. Capítulo A escravidão Indígena no Recôncavo. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁷ “A obra de Euclides como outras grandes obras das “belas-letas”, pode oferecer muito mais do que foi originalmente proposto por seu autor, e Os Sertões nos oferece mais do que cenas bem descritas sobre a Guerra de Canudos ou um detalhado quadro do pensamento racial da época. Euclides nos apresenta os tipos raciais que concorriam no pensamento social brasileiro, ao título de “homem brasileiro”, ao mesmo tempo em que sua obra máxima nos oferta, em cores fortes e vibrantes, os traços de um período onde a ideia de nação brasileira, independente da nobreza lusitana, era delineada.”

O africano, raça titanica que durante trezentos annos, no dizer de Euclides da Cunha, trouxe ao collo nossa nacionalidade creança, foi o conquistador e o desbravador dessa terra larga e grossa», de que nos fala o padre Nobrega. As tribos esraçalhavam-se alli e os despojos opimos dos porfiados combates eram os que tinham a desdita de cahir com vida em poder dos vencedores. (Cardozo, 1920, p. 39)

Procurando traçar um histórico das relações do Império português com a escravidão, o autor ressalta que, “quando Pedro Alvares Cabral desembarcou em Porto Seguro, já havia em seu domínio alguns escravos que desembarcaram consigo na “terra virgem da América”. Dado o sucesso de produtividade e crescimento econômico, aliada ao crescimento do tráfico transatlântico que barateou o preço dos escravizados, houve uma aderência significativa à prática escravista em Santo Amaro, “considerando todos a instituição não só necessária como justa”, acarretando em um enorme contingente de africanos escravizados não somente em Santo Amaro, como em todo o território brasileiro da época. Conforme complementa,

Em breve a mercadoria baixou de preço e bem poucos foram os que se não habituaram ao goso do trabalho não remunerado, considerando todos a instituição não só necessaria como justa. Entretanto, apesar de serem em grande numero, de serem mesmo a maioria, nem por isto se aproveitaram desta circumstancia e sua acção foi quase nulla nas rebelliões de seus irmãos que assignalaram os ultimos dias do seculo XVIII e o primeiro terço do seguinte. (Cardozo, 1920, p. 40)

Ao constatar tamanha impotência frente à escravidão, o autor questiona se um “tratamento mais humanitário” dado aos escravizados brasileiros, ou então os poucos africanos “Ussás” (Hauçás) e “Malês”, assim descritos, pertencentes a “tribos indômitas e de origem guerreira”, presentes em Santo Amaro teriam levado a “uma ação quase nula de rebeliões”. No entanto, nos últimos anos, a historiografia sobre escravidão e resistência na Bahia tem mostrado que, nas primeiras décadas do século XIX, a região era uma espécie de “Recôncavo rebelde”, nas palavras do historiador João José Reis. Conforme destaca este autor,

as rebeliões escravas que aconteceram na Bahia na primeira metade do século XIX podem ser explicadas por vários fatores. Em primeiro lugar, a expansão da economia a partir do final do século 18, que fez aumentar o número de engenhos, a produção de açúcar para a exportação e a importação de escravos da África. Esses mesmos fatores influenciaram ainda o desenvolvimento da cultura do fumo, em cachoeira, principalmente, como que era trocado na África por escravos. O crescimento da agricultura de exportação, por outro lado, foi feito as custas de uma intensificação do trabalho escravo e também as custas da produção de alimentos. O escravo do recôncavo agora trabalhava mais e comia menos. (Reis, 1992, p. 100)

De todo modo, mesmo destacando um “baixo índice” de insurreições, Cardozo enumera rebeliões em outros territórios, já que, segundo sua avaliação, não havia registro na historiografia, nem tradição sobre revoltas escravas em Santo Amaro. Cabe destacar a

importância que ele confere à tradição, à oralidade, para construção de sua narrativa, o que torna seu trabalho uma fonte importante para as memórias da região⁸.

Assim, começa falando da revolta que teria ocorrido no segundo governo de Dom Fernando José de Portugal, mais especificamente no ano de 1798. Há apenas referência à sua ocorrência, sem descrição de fatos ou qualquer outra análise. Seguindo na mesma perspectiva, em que ressalta a ausência de evidências históricas, menciona uma insurreição mais violenta, ocorrida em 1807, sob o governo do Conde da Ponte. Dois anos depois, “pretos jejes e nagôs” de Santo Amaro organizaram uma fuga em massa das propriedades da região, mas foram debelados e punidos com castigos de tronco e surras, levando à morte de muitos escravos.

Deslocando-se para a capital da província, Sérgio Cardozo relata uma tentativa de levante em Itapuã, em 1814, que combinou com uma fuga em massa. Volta para o Recôncavo em 12 de fevereiro de 1816, quando irrompeu uma rebelião escrava nos engenhos da vila de São Francisco do Conde, vizinha a Santo Amaro. De forma astuta e engenhosa, os escravizados cometeram diversos assassinatos, porém, foram cruelmente sufocados. Sem maiores detalhes, ele encerra esses tempos coloniais de rebeldia.

Surpreendentemente, frente a um período de tanta ebulição nas propriedades e engenhos do Recôncavo baiano, Cardozo se mostra bem econômico nas informações e análises sobre o período imperial. Dessa forma, “além dos levantes parciais de 1826, em Pirajá, e de 1830 na capital”, fala apenas como a história “arrebentou ahi [em Salvador] na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835”, ou seja a levante dos malês, e estendeu-se por todo o recôncavo.” (Cardozo, 1920, p.42). De acordo com as análises de João Reis, principal estudioso dessa revolta, naquela noite de janeiro, uns 600 escravos e libertos percorreram as ruas de Salvador por cerca de quatro horas. Inicialmente, cerca de 60 desses homens se dirigiram à Câmara Municipal, que mantinha no subsolo uma prisão, onde se encontrava o velho Pacifico Licutan, africano nagô, reconhecido como um dos mais populares líderes muçulmanos, ou malês, como eram conhecidos na cidade.

Com a reação dos carcereiros e da guarda do palácio do governo, também localizado ali na praça (a atual praça Tomé de Sousa), o ataque foi malsucedido e o grupo então

⁸ Nascido em 1880 na freguesia de Oliveira dos Campinhos, também no município de Santo Amaro, João da Silva Campos foi engenheiro, pesquisador e escritor, que também publicou obras sobre histórias da Bahia, incluindo memórias sobre o Recôncavo e a resistência escrava, baseando-se nas tradições orais da região. Ele faleceu em junho de 1940, na cidade de Salvador. Cf. CAMPOS, João da Silva. *Tempo antigo, crônicas d'antanho, marcos do passado, histórias do Recôncavo*. Bahia: Secretaria de Educação e Saúde, 1942; FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2006.

se espalhou pela capital, convocando outros escravos para se juntarem a eles. Seguindo por outras áreas da capital, foram entrando em confronto com autoridades e forças policiais. Desses conflitos, resultaram ao menos 70 rebeldes mortos, contra apenas sete no lado oposto. Com a derrota, veio a forte repressão, e as penas incluíram sentenças de morte, açoites, prisão e deportação.

Como assinala João Reis, embora a presença muçulmana tenha sido largamente documentada no episódio e a ideologia da guerra santa tenha inspirado alguns de seus líderes, não se pode afirmar que eles tivessem declarado uma jihad em 1835. Além dos nagôs, principais envolvidos no levante, não possuírem uma tradição jihadista na África, os haussás – a maior das “nações” muçulmanas na Bahia – foram presos, mas, ao final, acabaram absolvidos. Conforme conclui Reis, “se a conspiração foi exclusivamente muçulmana, o levante foi predominantemente nagô”⁹.

Sem se aprofundar nesse levante que teve tantas consequências para a província da Bahia e para o próprio Império brasileiro, Sérgio Cardozo *lembra* apenas das repercussões em sua terra natal. Assim, destaca que

Santo Amaro sofre grande influência, com fuga de diversos engenhos com ênfase no engenho do ‘Tanque’, cujo administrador da propriedade foi assassinado pelos revoltosos, o Sr. Manuel Gomes de Menezes conhecido como Penha, a sua família e a do senhor das terras foram poupados graças a generosidade dos escravos. Dahi por deante cessaram por toda parte as velleidades dos desgraçados africanos de readquirirem, por meio da violência, a liberdade que a violência lhes arrancará. Os escravos submeteram-se, porém a idéa a não, que este nenhum grilhão há capaz de subjugar”. (Cardozo, 1920, P. 42)

Foram muitas as formas de resistência acionadas pelos negros escravizados no Brasil: desde as mais “negociadas”, como a compra de alforrias e a organização em espaços religiosos, até as mais diretas como as revoltas e a formação de quilombos. A partir de meados do século XIX, outra importante forma de resistência contra o escravismo brasileiro começou a se destacar: o movimento social abolicionista. Ele ganhou forças a partir de 1850, com a lei Eusébio de Queirós, que finalmente aboliu o tráfico transatlântico e, em consequência, levou a um aumento do comércio interprovincial.

Ao esboçar um panorama do movimento abolicionista brasileiro, Ângela Alonso destaca que:

Trazer a cena indivíduos que viveram conflito dá rosto à enorme teia de ativismo, a ténis mobilização social de homens e mulheres brancos e negros contra a escravidão

⁹ REIS, João. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*.

no Brasil. Ativismo de impacto decisivo. Abolição não se faria por si e pelo desenvolvimento da economia ou por decisão solitária do sistema político como não se fez por canetada princesa. É a relevância do movimento abolicionista para o fim da escravidão que aqui se visa ressaltar. (Alonso, 2015, p. 13)

Nesse sentido também, ao relacionar as ações do abolicionismo às do contra movimento, ou seja, a oposição ao ideal abolicionista emancipatório, e ainda inserindo o Estado brasileiro no meio disso, a autora considera que é a partir do sistema político que conseguimos entender as ações do movimento. Pouco a pouco, ele foi se espalhando pelo país, até chegar de fato a seus objetivos. Como ressalta Alonso, “o alargamento da esfera pública promoveu espaços de elocução política (teatros e imprensa) e agente sociais (os educados sem origem aristocrática nem acesso ao parlamento) para a generalização do estilo Borges (associativismo e cerimônias cívicas). Assim foi que o abolicionismo pode passar, nos anos 1870, de ativismo de elite a movimento social” (Alonso, 2015, p. 76)¹⁰.

Passando por três fases, que a autora *descreve* como “flores, votos e balas”, evidenciam-se as ações de abolicionistas em vários setores sociais, como teatros, jornais e clubes, fase conhecida como a fase das flores, referência introduzida como símbolo do movimento abolicionista. Essa designação estaria relacionada a um episódio descrito pela autora, mais exatamente ao momento em que uma artista entra no palco: “ao pisar no tablado, casa cheia, Bulicioff viu caírem aos seus pés as flores que o movimento abolicionista usava como símbolo.”(Alonso, 2015 P. 9) que vai de 1868 a 1878.

Para passar do discurso a prática, os abolicionista se inspiraram no repertório estrangeiro, mais com adaptações ao contexto nacional. Enquanto a anglo-americanos tinham difundindo abolicionismo nas capelas, no Brasil a união entre igreja e estado escravista obrigou a buscar outros espaços para os eventos de persuasão da opinião pública. Apossaram-se dos teatros e, assim, poemas e óperas, como Aida, deram o tom da propaganda. Essa teatralização da política acelerou a deslegitimação do cativo e atraiu adeptos para o abolicionismo. Tempos de flores (Alonso, 2015, p. 12)

Foi durante essa fase de difusão das ideais abolicionistas que foi promulgada a lei do ventre livre, que determinava que os filhos de escravos nascidos a partir da promulgação da lei, em 1871 teriam sua liberdade assegurada a partir dos oito anos de idade, mas ficariam sob a tutela do senhor da sua mãe até completar os 21 anos. Alonso assinala que a lei colocou “em cheque a escravidão e o que nela se assentava. Barrou a reprodução da escravaria e a síntese,

¹⁰ É importante destacar que há vários estudos sobre o movimento abolicionista no Brasil, inclusive com perspectivas e interpretações diferenciadas. Para este artigo, optei por destacar algumas questões apontadas por Alonso.

pela primeira vez, o fim do escravismo como regime econômico no horizonte político brasileiro” (Alonso, 2015, p. 68)¹¹.

A segunda fase conhecida como a fase dos “votos” traz como abordagem principal a macro política do Brasil imperial, que se estende de 1878 a 1885, o foco aqui é evidenciar as ações abolicionistas no parlamento brasileiro, através de articulações políticas. “o sistema político respondeu, em 1884, com o governo pro emancipação progressiva comandado por Dantas, aquele que assistiu a Bulicioff do camarote. O movimento o apoio na imprensa e com candidaturas legislativas. Um tempo de votos.” (Alonso, 2015, p. 13). Foi essa a época de articulações e influências políticas usadas por membros do movimento abolicionista para conseguir aprovar leis no congresso nacional.

Rio Branco tratou a luta como se fosse de vida ou morte. Tudo via, tudo monitorava, trazia almoço para o plenário e dormia vestido para economizar tempo de manhã. Segundo adversário tinha amizade nos dois partidos, fosse por conta do respeito alcançado com a carreira, fosse pelas maneiras suaves e cavalheirescas, e as usou todas. Costurou, explorou divergência dos conservadores entre si, fez embaixadas e opositores, abusou de macetes regimentais, da patronagem e, na opinião de um desse dente mesmo de corrupção. E, com a caneta de nomear e demitir, garantiu um alinhamento de deputados funcionários públicos. (Alonso, 2015, p. 64)

A terceira e última fase das “balas”, que vai de 1885 a 1888, evidencia o cansaço da luta constitucional dos abolicionistas e os seus consequentes fracassos, legitimado pela elite latifundiária que tinha a grande maioria representativa no parlamento. O movimento parte para desordem social, política e constitucional incentivando fugas e em ressurreições como evidência a autora Alonso no trecho que diz: “Outra possibilidade fermentava: afrontar a ordem escravista, instigando os escravos a seguir o exemplo de Aida e fugir. Abolicionista de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco banhavam-se nessa vereda. O movimento adentrava na desobediência civil. Mesmo Rebouças e Nabuco, aristocratas pacíficos, dispõem a vão-se as últimas consequências.” (Alonso, 2015, p. 10). Foi durante essa época que em 1885 a lei do sexagenário declarava livre todos os escravos com mais de 60 anos, algo quase impossível para a época. Já que as condições de vida e trabalho dos escravos não os davam expectativa de vida para essa idade, tornando essa lei de baixa efetividade e aumentando ainda mais as tensões na população que em 1885 já teriam aderido de vez ao ideal abolicionista. Só em 1888, depois de muitas pressões, revoltas, discussões acaloradas no parlamento, fugas e mortes, que a então

¹¹ Sobre a lei do ventre livre, há uma longa produção historiográfica, podemos destacar, por exemplo, esta coletânea recente, que examina os 150 anos da lei: MACHADO, Maria Helena P. T; BRITO, Luciana Cruz; VIANA, Iamara Silva; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.) *Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação*. São Paulo: Editora da Unesp, 2021.

regente princesa Isabel assinou o documento que libertava todos os escravos do seu cativeiro, documento conhecido como lei Áurea. Mas vale destacar que, embora Alonso privilegie aqui a luta política e, especialmente institucional, a abolição só veio confirmar um processo de lutas, inclusive no judiciário, em que os próprios escravizados tiveram papel fundamental¹².

Ao analisarmos o abolicionismo na história descritiva deixada por Sergio Cardozo, a indignação social aparece como principal fator da luta na libertação dos cativos, sendo a escravidão vista como vergonha por igualá-los à “barbaridade de povos não civilizados”, já que todas as outras nações já tinham abolido os seus sistemas escravistas. Mais uma vez, vemos Cardozo usar aqui de um linguajar que classifica e hierarquiza racialmente negros, escravizados. De qualquer maneira, o autor não se aprofunda no movimento, preferindo ressaltar apenas alguns feitos e uma associação formada em Santo Amaro. Podemos nos perguntar por que, na década de 1920, ele preferia “esquecer” de outras movimentações abolicionistas e de sua própria participação nas lutas pelo fim da escravidão? Apagar lembranças também é uma operação importante nas constituições das memórias, e certamente, naquele momento de sua vida, ele preferia uma espécie de homenagem à sua terra natal, que o recebia com um cargo público e novas possibilidades.

Assim, por ter a lavoura como sua base econômica, o município de Santo Amaro tinha o interesse na permanência da mão de obra escrava, já que a maioria dos latifundiários dependia do sistema escravista para a manutenção das suas plantações e, posteriormente, para a comercialização dos seus produtos. Porém, muitos santamarenses não deixaram de lado “sentimentos altruístas”, libertando os seus escravos.

Para Sérgio Cardozo, foi em Santo Amaro que primeiro surgiu a ideia para proibição da importação de escravos na província da Bahia por meio de Bernardino Borges de Barros e Paulo José de Melo Azevedo de Britto. O tema foi discutido em uma assembleia em 1816, da qual fizeram parte outros integrantes de municípios distintos, sob a liderança do Conde dos Arcos. Segundo o autor, a ação era uma tentativa de conter os levantes de escravos, como o que ocorrera em fevereiro de 1816 na vila de São Francisco, tendo à frente africanos haussás. Num momento em que as pressões para o fim do tráfico ainda não eram tão fortes, podemos conjecturar que essa atitude estivesse relacionada ao medo senhorial de novos movimentos rebeldes, que podiam ser organizados pelos africanos ocidentais, especialmente os “ussás” e “malês”, e também os nagôs, que chegariam com os novos fluxos do tráfico. E conforme Cardozo,

¹² Ver, por exemplo, o trabalho da historiadora Elciene Azevedo, que aposta nessa perspectiva: *Luta jurídica e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

Serenados os animos e cessadas as virulentas e apaixonadas discussões nessa conferencia, levantaram-se as vozes liberaes e patrioticas de dois santamarenses, para lembrar luminosas medidas como a abolição immediata do commercio da escravatura e a criação de um premio para a importação de famílias europeas, afim de excitar nos negociantes do trafico a cobiça de transportar em seus navios o braço livre com o mesmo furor com que carregavam a mercadoria escrava. (Cardozo, 1920, p.44)

Essa conferência e suas propostas tinham como finalidade apaziguar a revolta escrava, mas não propunham a liberdade dos cativos, ou mesmo uma melhor qualidade de vida, pretendiam, na verdade, acabar com o problema dos levantes e aplacar os temores dos senhores latifundiários. Porém, essas propostas não vingaram na assembleia, pelo contrário, foram tomadas medidas de maior rigor, que foram aprovadas pela maioria. Para o autor, mesmo limitadas, isso já soava como um aceno à liberdade, uma vez que reformas sociais são feitas em longos períodos de tempo.

Por outro lado, podemos indicar que, em suas memórias, Cardozo também procura destacar momentos e personagens importantes de Santo Amaro, fundamentais no processo de abolição gradual na Bahia, e mesmo no Império brasileiro de uma forma mais ampla. A exemplo do Visconde do Rio Branco, apontado como um santamarense que se envolveu de forma notável na luta contra a escravidão, mesmo que a historiografia indique que ele nasceu em Salvador em 16 de março de 1819. O Visconde do Rio Branco foi o “prepúcio da lei de 28 de setembro de 1871”, conhecida como Lei do Ventre Livre, que tornava livres a partir desta data todos os filhos de mulheres escravas, o que permitiria que não se nascesse mais nenhum escravo em solo brasileiro.

Ao abordar essas questões, Cardozo cita alguns episódios e personagens das décadas de 1860 e 1870, que já nessa época discutiam e apresentavam novas propostas de trabalho e liberdade. De certa forma, esses relatos, lidos em conjunto, parecem mais uma tentativa de Sérgio Cardozo em sublinhar as memórias de luta de sua cidade, mesmo que se tratasse de figuras da elite política. Em 1867 o doutor João Garcez dos Santos, proprietário do engenho Pimentel, que ficava fora dos limites territoriais do município de Santo Amaro, porém pertencia à família de santamarenses, teria iniciado o trabalho livre na lavoura da província, assegurando a liberdade ao ventre de suas escravas. A ação do Dr. Garcez foi seguida pela senhora Condessa de Barral e de Pedra Branca em 21 de março de 1868, nos engenhos de São Pedro e São João, e pelos frades beneditinos em 3 de maio do mesmo ano. Com esses exemplos, demonstrava que, antes mesmo da promulgação da lei do ventre livre, já havia uma movimentação de cunho social entre elite latifundiária para a liberdade aos nascidos de mães escravas. Vejamos as palavras elogiosas que ele sua para descrever atos tão generosos.

Esta acção magnanima, que teve sua alvorada no coração generoso do dr. Garcez, foi ainda seguida no mesmo anno, a 3 de Maio, pelos frades beneditinos, em cuja, então, gloriosa Ordem havia muitos santamarenses dignos de respeito e veneração pelas suas virtudes e saber. A idéa partiu do frei Manoel de S..Caetano Pinto, pregador imperial e d. abbade titular de S. João Gualberto. Foi este monge illustre quem, depois de ouvir toda a congregação beneditina, decretou, sem condição alguma, a libertação dos 4.000 escravos de ambos os sexos que possuía a Ordem! Por tão humanitario feito o sr. D. Pedro II presenteou-o com uma riquissima caixa de rapé, de ouro e cravejada de brilhantes, tendo na parte interior da tampa uma dedicatória com o nome do augusto offertante.” (Cardozo, 1920, p. 45)

Por fim, ele apresenta uma organização de cunho social fundada em 4 de julho de 1869 por filhos de Santo Amaro, cujo nome era Sociedade Dois de Julho Santamarense, e cuja finalidade e composição expressas em seus estatutos eram as seguintes:

Esta sociedade terá por fim a missão patriótica e ao mesmo tempo civilisadora e humanitaria de solemnizar o anniversario da Independencia do Imperio por meio de festejos publicos e da libertação de escravos. E no art. 28:-A Sociedade empregará metade do seu capital em alforrias de escravos e metade. Em festejos publicos, tirando-se desta ultima parte. Cinco por cento para compra de bilhetes de loteria. Foram seus socios fundadores os seguintes cidadãos: Dr. Cid E. de Olinda Cardoso, presidente; dr. Luiz Pereira de Araujo, orador; dr. Francisco dos Santos Silva, 1 Secretario; dr. Antonio Alves de Carvalhal, 2 secretario: pharmaceutico Manuel Dias Pereira, thesoureiro; Antonio Diogo de Souza Castro, Antonio Lazaro do S. Barauna, Antonio Joaquim Esteves Grillo, Antonio Dias Pereira, procuradores; dr. Salvador Vicente Sapucaia, dr. Arnaldo Ernesto Vieiro, José Francisco da Costa Pernambuco, Ricarte da Silva Deiró, Faustino Gaudencio de Freitas, João Gualberto de Araujo Freitas (vivo), José Manuel da Silva Pinheiro. Alfredo José da Silva Pinto, Cesario da Costa Lobo e Antonio da Costa Lobo.” (Cardozo, 1920, p.46)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a análise de Sérgio Cardozo, a formação sociocultural, política e econômica de Santo Amaro se assemelha à maioria das vilas e cidades fundadas durante a colonização. Desde o período colonial, Santo Amaro e São Francisco do Conde eram os principais centros da lavoura canavieira na Bahia. Nesses locais, achavam-se alguns dos maiores e mais ricos engenhos não só da província, como do Brasil. E mesmo com o fim do tráfico e algumas mudanças substanciais na composição e no número de escravizados nessas propriedades, como, por exemplo, uma queda na presença de africanos, o trabalho cativo nos engenhos se manteve bastante alto durante todo o período de 1850 a 1888¹³. Ao mencionar a

¹³ Ver, por exemplo, os trabalhos de Bert Barickman: *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881)”. *Afro-Ásia*, 21-22 (1998-1999), pp. 177-238.

presença de africanos escravizados na Bahia e, em geral, no território brasileiro, fala de sua importância no que ele chama de “formação das três raças no país”. Evidenciando mais uma vez as influências das ideias sobre raça e nacionalidade de Euclides da Cunha, reforçava uma tipologia racial (estereotipada) que juntava o “branco invasor”, o “indígena gentil indomável” e o “africano dotado de conhecimento da agricultura e um tipo físico de Titãs”.

Por meio da análise de sua *Memória histórica descritiva de Santo Amaro*, dada a importância econômica que a região teve para o país, o município despontava como um grande produtor econômico, cultural, mas principalmente no que se tratava da participação dos “filhos da tarde” em movimentos políticos e lutas civis. Tendo um papel decisivo na luta pela independência do território baiano em relação à coroa portuguesa, destacando politicamente na revolta Sabinada na guerra do Paraguai, e sendo palco de confrontos armados e rotas de fuga. Por ter um grande contingente de escravos em seu território por conta do grande número de engenhos de cana-de-açúcar, Santo Amaro foi palco de diversos relevantes e revoltas escravas, tanto no Brasil colônia quanto no período imperial, dando o devido protagonismo aos africanos nagôs, jejes e haussás na organização de rebeliões relevantes. Embora esses movimentos de resistência e o abolicionismo estivessem em ebulição na região ao longo de todo o século XIX, e inclusive contando com a própria participação de Sérgio Cardozo, ele acabou privilegiando ações e figuras mais pontuais, certamente para ressaltar a importância histórica do município. Se nesses escritos ele não esclarecesse exatamente o porquê dessa opção, devemos lembrar que “esquecer”, deixar de fora certos fatos e ideias, também é constituir memórias.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1866-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AZEVEDO, Elciene. *Luta jurídica e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BARICKAMN, Bert. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARICKAMN, Bert. “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881)”. *Afro-Ásia*, 21-22 (1998-1999), pp. 177-238.

CAIRES, R. T. S.. *A Sociedade Libertadora Baiana e a campanha Abolicionista na Bahia (1883-1888)*. Trabalho completo publicado no Anais do XVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis SC, 2015.

CAMPOS, João da Silva. Tempo antigo, crônicas d'antanho, marcos do passado, histórias do Recôncavo. Bahia: Secretaria de Educação e Saúde, 1942.

CARDOZO, Sérgio. *Santo Amaro Memória histórica e descritiva do município*. Bahia, Oficinas do diário da Bahia 101, 1920.

CHIACHHIO, C. Sergio Cardozo 1858-1933. (Homens & obras). A Tarde, Salvador, 1936. CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978.

FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2006.

JACOBINA, R. R. “Sergio Cardozo (1858-1933): Um acadêmico de Medicina Abolicionista e Republicano”. *Gazeta Médica da Bahia*, 2008.

MOTTA, Márcia Maria M., *História e Memória*. Cadernos do CEOM – Ano 16, n. 17 – Memória social NCSA- Núcleo de Incentivo Cultural de Santo Amaro.

REIS, João J. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

REIS, J. J. *Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos*. Afro-Ásia, Salvador, n. 15, 1992.

SOUZA, Jacó dos S. “Vozes da abolição: escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana”. Salvador, UNEB/HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL, 2010.
http://www.mestradohistoria.com.br/imagens_sys/Jaco.pdf

SOUZA, José W. Caipiras e sertanejos: raça e nacionalidade em Euclides da Cunha e Monteiro Lobato. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.16, n.2, p.57-74 Mai-Ago 2019. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2019v16n2p57/40041>.